MONÇÕES
REVISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFGD

DOI: 10.30612/rmufgd.v11i21.15566

Entre representações e posições: analisando os discursos de política externa brasileira relacionados à temática da integração regional sul-americana durante os governos Lula (2003-2010)

Between representations and positions: analyzing Brazilian foreign policy discourses related to the theme of South American regional integration during the Lula administrations (2003-2010)

Entre representaciones y posiciones: analizando los discursos de política exterior brasileña relacionados con el tema de la integración regional sudamericana durante los gobiernos de Lula (2003-2010)

Jéser Abílio de Souza
Doutorando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro-RJ.
E-mail: jeser_asouza@hotmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-8168-0682

Resumo: Este artigo tem como objetivo identificar e compreender as representações tecidas por meio dos discursos de política externa brasileira, durante os governos Lula (2003-2010), as quais contribuíram para a existência de certas identidades do Brasil. Trata-se de pesquisa qualitativa-interpretativa, que se pautou na realização de uma análise do discurso a partir da temática da integração regional sul-americana. O método escolhido consistiu na operacionalização de categorias linguístico-discursivas extraídas da Semântica Global de Dominique Maingueneau (2006). Por meio da aplicação do dispositivo analítico, identificou-se um sistema de representações discursivas que articulou repetições constantes, reformulação e atualização de tema

específico, ressignificação do significado da integração regional, mobilização de afetos e ressentimentos, instauração de polêmica, entre outras representações. Concluiu-se que, os discursos de política externa brasileira tornaram a América do Sul um espaço privilegiado para a representação de sentidos e significados que contribuíram para a constituição de identidades do Brasil que buscavam organizar e transformar as relações de poder no sistema internacional.

Palavras-chave: Política externa brasileira; Análise do Discurso; Integração regional sul-americana.

Abstract: This article aims to identify and understand the representations woven through Brazilian foreign policy discourses during the Lula administrations (2003-2010), which contributed to the existence of certain identities in Brazil. This is a qualitative-interpretative research, which was based on the realization of a discourse analysis based on the theme of South American regional integration. The chosen method consisted in the operationalization of linguistic-discursive categories extracted from the Global Semantics of Dominique Maingueneau (2006). Through the application of the analytical device, a system of discursive representations was identified that articulated constant repetitions, reformulation and updating of a specific theme, resignification of the meaning of regional integration, mobilization of affections and resentments, establishment of polemics, among other representations. It was concluded that the Brazilian foreign policy discourses made South America a privileged space for the representation of senses and meanings that contributed to the constitution of Brazilian identities that sought to organize and transform power relations in the international system.

Keywords: Brazilian foreign policy; Discourse analysis; South American regional integration.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo identificar y comprender las representaciones tejidas a través de los discursos de política exterior brasileña durante los gobiernos de Lula (2003-2010), que contribuyeron para la existencia de ciertas identidades en Brasil. Se trata de una investigación cualitativa-interpretativa, que se basó en la realización de un análisis del discurso a partir del tema de la integración regional sudamericana. El método elegido consistió en la operacionalización de categorías lingüístico-discursivas extraídas de la Semántica Global de Dominique Maingueneau (2006). Mediante la aplicación del dispositivo analítico, se identificó un sistema de representaciones discursivas que articulaba repeticiones constantes, reformulación y actualización de un tema específico, resignificación del sentido de integración regional, movilización de afectos y resentimientos, establecimiento de polémicas, entre otras representaciones. Se concluyó que los discursos de política exterior brasileña hicieron de América del Sur un espacio privilegiado para la representación de sentidos y significados que contribuyeron para la constitución de identidades brasileñas que buscaban organizar y transformar las relaciones de poder en el sistema internacional.

Palabras clave: Política exterior brasileña; Análisis del discurso; Integración regional sudamericana.

Recebido em: 24/01/2022 Aceito em: 16/08/2022

INTRODUÇÃO

O início do século XXI foi marcado pela possibilidade e ascensão de atores intermediários na política internacional. Grandes países do Sul Global, como Brasil, África do Sul, Índia, Irã e Turquia, assumiram iniciativas autônomas em temas globais. Anteriormente, as decisões e o protagonismo no sistema internacional eram reservados primordialmente às grandes potências, países-membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (GONÇALVES, 2011; RICUPERO, 2017).

O destaque dos países intermediários e/ou do Sul Global decorreu de um conjunto de eventos importantes que marcaram o sistema internacional, entre eles: a desaprovação de parte da comunidade internacional da estratégia política e militar adotada unilateralmente pelos Estados Unidos (EUA) na Guerra ao Terror, a fim de conter ameaças terroristas (RICUPERO, 2017; SOUZA, 2009); o crescimento econômico da China, que aumentou sua "participação na economia global de cerca de 1% para 4%" (LIMA, 2010, p. 3) entre 1979 e 2005 e se consolidou como uma potência econômica importante; e a crise financeira mundial de 2008, desencadeada nos EUA, que debilitou particularmente as economias ocidentais consideradas desenvolvidas, como o próprio EUA e a Europa (CERVO, 2015).

Nesse cenário internacional, durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), o Brasil adotou uma política externa com intensa atividade quando comparada ao presidente anterior e à sua sucessora no cargo. Por meio de ações externas, o Brasil ampliou, a partir de 2006, o número de diplomatas(400 novas vagas) e aumentou o número de representações diplomáticas pelo mundo, como embaixadas, repartições consulares e escritórios (GARCIA, 2017). Em abril de 2010, o Brasil somava 216 novos postos no exterior, dos quais 132 eram embaixadas (GARCIA, 2017). O presidente também realizou um maior número de viagens internacionais quando comparado com seus antecessores. Segundo Sousa (2013), durante o primeiro mandato, 111 viagens foram realizadas ao exterior, cobrindo todas as regiões do globo, com exceção da Antártida, enquanto no segundo mandato, esse número saltou para 160, incluindo agora a Antártida.

Ainda, o país liderou distintos órgãos multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) e a União Internacional de Telecomunicações (UIT) (ALMEIDA, 2014), além de iniciativas de criação de foros multilaterais e outros espaços próprios de atuação, como o G-20 comercial, o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, e depois, África do Sul, entre outros. Além disso também podemos

CC BY NC SA

destacar outras atuações relevantes, por exemplo: a tentativa de mediação com o Irã na questão de seu programa nuclear e , a busca por uma solução negociada na questão Israel-Palestina (RICUPERO, 2017), as iniciativas de libertação de reféns das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (BORGES, 2012)l, o fomento na integração regional sul-americana, o estabelecimento de relações nos setores da saúde, cultura e comércio com o continente africano, entre outras (ALMEIDA, 2010; 2014).

De acordo com Vigevani e Cepaluni, o país atuou, nesse período, pela lógica da "autonomia pela diversificação" (2011, p. 36 e 136), que envolve a adesão aos princípios e normas internacionais seguidos por alianças entre o Sul Global e acordos realizados com parcerias não tradicionais, como África, Ásia-Pacífico, China, Leste Europeu e Oriente Médio. A finalidade seria reduzir assimetrias nas relações externas com as grandes potências, bem como aumentar o poder de autonomia em suas relações com elas (VIGEVANI; CEPALUNI, 2011). Já Cervo argumenta que o país aderiu ao "multilateralismo da reciprocidade" (2015, p. 531) por se engajar na construção conjunta de regras para compor o ordenamento internacional e buscar garantir a reciprocidade dos efeitos de tais regras para que os interesses de uns não fossem privilegiados em prejuízo de outros. Desse modo, para evitar a disparidade do poder nas relações com as grandes potências, o Brasil reivindicou a reciprocidade em todas as áreas das relações internacionais, à medida que buscava promover seus interesses e formar alianças com países emergentes (CERVO, 2010; 2015).

Diante do exposto, o objetivo do presente artigo é investigar a política externa brasileira (PEB) durante os governos Lula (2003-2010) por meio da condução de uma análise focada na interpretação de significados e sentidos contidos nos discursos oficiais de política externa, a fim de identificar e compreender as representações tecidas por meio desses discursos as quais contribuíram para a existência de certas identidades do Brasil. Analisar esses governos a partir do prisma identidade-discurso, contribui para levantar questões e debater, com outros olhares, uma política externa que marca um Brasil enquanto ator mais relevante e com presença ampliada no cenário internacional.

Centrar nos discursos, por sua vez, se justifica pelo fato de que a ação político-estatal não pode ser dissociada dos discursos. No âmbito da política externa, verificar como se dá a dispersão e a reprodução de sentidos e seus significados no discurso político oficial é examinar e compreender padrões de reprodução e contestação – a partir de uma esfera legítima público-estatal –, que conferem uma certa estabilidade na qual o Estado-nação acaba se apoiando (HANSEN, 2006), ainda que as representações e seus sentidos estejam sempre em movimento. Desse modo, os discursos de política externa não são simplesmente retórica de uma classe

CC BY NC SA

política e outros sujeitos, mas constituem realidades que precisam ser construídas, confrontadas ou reforçadas.

Adota-se como contexto de análise para compreender as representações das identidades nos/pelos discursos de PEB a temática da integração regional sul-americana, em virtude de o Brasil ter ocupado uma posição central no aprofundamento e expansão de blocos de concentração econômica e política, como a UNASUL, o próprio Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC) (PECEQUILO; CARMO, 2015). Aliás, logo no primeiro ano do primeiro governo Lula, foi criada uma Subsecretaria-Geral da América do Sul no Itamaraty e no período "entre janeiro e agosto todos os presidentes sul-americanos visita[ra]m o Brasil" (GARCIA, 2017, p. 347). Portanto, faz-se necessário compreender como o país se insere nessa região por meio dos discursos, uma vez que foi anunciado no início do governo Lula, e reforçado no segundo governo, que a América do Sul era a prioridade da PEB.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que segue com metodologia interpretativa, a qual incide no processo de criação de significados que são socialmente construídos e devidamente contextualizados, sem recorrer ao léxico de variáveis, hipóteses e relação causal. Segue-se, assim, com seus próprios critérios processuais e metodológicos pertencentes à comunidade epistêmica interpretativa, como sensibilidade-hermenêutica, coerência, reflexividade, fidedignidade e lógica de argumentação[1]. . Adota-se, ainda, a Análise do Discurso enquanto abordagem teórico-metodológica interpretativa específica porquanto proporciona uma ótica crítica que evidencia como os discursos tornam possível a emergência de fatos políticos.

O referencial teórico parte das concepções de representação de Shapiro (1988; 1989), de identidade de Rumelili (2004; 2007) e de Hansen (2006), e de política externa de Campbell (1992). Tais pesquisadores e pesquisadoras e seus estudos pós-estruturalistas centram no aspecto relacional da identidade e no discurso enquanto constitutivo como essenciais para compreender a realidade, o que contribui para a desconstrução das estruturas sociais e discursivas, ao passo que a crítica pós-estruturalista opera nas margens e enfatiza as instabilidades dos significados (RUMELILI, 2012).

Assim, procura-se responder a seguinte pergunta norteadora: Considerando o contexto da América do Sul, quais representações discursivas foram constituídas pelos discursos de política externa brasileira (PEB), durante os governos Lula (2003-2010)?

1 Para mais detalhes da metodologia interpretativa, ver, por exemplo, SCHWARTZ-SHEA E YANOW, 2012; WILLIS, 2007.

O artigo está dividido em quatro seções. A primeira visa apresentar as posturas metodológicas quanto ao corpus e ao dispositivo de análise do discurso e suas categorias a partir da Semântica Global de Maingueneau (2016). Na segunda, busca-se apresentar os pressupostos teóricos da perspectiva pós-estruturalista sobre os conceitos de representação, identidade e política externa. A terceira seção é destinada para a condução da análise do discurso, de modo que é realizada uma densa descrição e interpretação dos significados e constituídos nos/pelos discursos de PEB por meio do manejo das categorias linguístico-discursivas.

METODOLOGIA, *CORPUS* E DISPOSITIVO DE ANÁLISE

Como comentado na Introdução, a metodologia utilizada neste artigo segue uma postura interpretativa, sendo muito útil para estudos que se concentram no ato de criar significado por meio da compreensão de como objetos e sujeitos, a partir de contextos específicos e situacionais, atribuem sentidos a seus mundos (SCHWARTZ-SHEA; YANOW, 2006; 2012). Ainda, adota-se a Análise do Discurso (AD) enquanto abordagem metodológica interpretativa específica.

A AD proporciona às Relações Internacionais e áreas afins análises empíricas orientadas por uma leitura mais fiel dos significados e sentidos que transcende a simples literalidade das palavras. Ao realizar a interpretação de palavras, atos e objetos, é possível desenvolver um esforço explícito, consciente e sensível aos significados e sentidos constituídos e representados explicitamente nos textos, o que frequentemente não é possível com métodos tradicionais. É importante destacar que a AD não perfaz uma abordagem psicológica ou cognitiva (WÆVER, 2002) que visa investigar o que está nas mentes das pessoas. A análise centra-se nas interpretações de significados, cujos sentidos possam ser lidos textualmente.

O *corpus* analisado é constituído por discursos oficiais de PEB, como declarações à imprensa, pronunciamentos, comunicados e outras informações e atos oficiais realizados por atores políticos pertencentes ao espaço privilegiado do Estado na produção discursiva, como o presidente Lula e o chanceler Celso Amorim. Os textos, “materiais brutos” que oferecem o acesso à interpretação do discurso (ORLANDI, 2020), foram coletados nos sites institucionais da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores, tendo em vista o período de 2003 a 2010.

Além disso, os discursos foram restringidos à temática da integração regional da América do Sul, especialmente os contextos do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e da Comu-

CC BY NC SA

nidade das Nações Sul-Americanas (CASA) – posteriormente alterada para União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Este tema foi escolhido porquanto o Brasil liderou a proposição e o lançamento da CASA e realizou uma expansão e aprofundamento das relações e políticas no MERCOSUL (PECEQUILO; CARMO, 2015).

Para a filtragem e a seleção dos textos para a análise, dentre os inúmeros coletados em um período de oito anos, adotou-se como marcador de qualidade de pesquisa interpretativa o uso do *software* KITCONC 4.0. Trata-se de um programa cujo propósito consiste na realização de análises de *corpus* para a compreensão dos significados das palavras e dos textos em uso a partir de traços linguísticos e seus contextos situacionais (MOREIRA FILHO, 2016). Assim, foi utilizado, em primeiro lugar, a ferramenta *Lista de Palavras* combinada com *Concordância,* e, sem seguida, as ferramentas *Palavras-chave, Concordância* e *Colocados.* Uma vez selecionados os textos (17 ao total), seguiu-se com a análise do discurso de forma manual.

Enfim, o dispositivo de análise do discurso foi construído a partir da interação entre categorias linguístico-discursivas e dimensões analíticas. Quanto às categorias, extraímos do roteiro analítico desenvolvido pelo linguista Dominique Maingueneau com a sua Semântica Global. De acordo com o Maingueneau (2016), existe um sistema de restrições semânticas globais em que todo discurso é atravessado, de modo que seus planos discursivos são restringidos e delimitados às ordens do enunciado e do enunciador.

Os planos discursivos apresentados pelo linguista são: vocabulário, intertextualidade, temas, estatuto do enunciador e do destinatário, dêixis enunciativa, modo de enunciação e modo de coesão. Para uma análise prática, nada impede que alguém isole outros planos ou divida aqueles já propostos, sendo uma escolha arbitrária, segundo Maingueneau (2016). No âmbito deste artigo, como forma de operacionalizar a análise do discurso, foram adotados os seguintes planos discursos enquanto categorias de análise: temas; intertextualidade; estatuto do enunciador e do destinatário; e dêixis enunciativa.

Os temas envolvem aquilo que o discurso trata e possuem um tratamento semântico em conformidade com o seu sistema de restrições. Eles podem ser divididos em: a) temas impostos: trata-se da imposição daqueles que se desejam que sejam aceitos. Eles podem ser compatíveis (temas que convergem com o sistema de restrições semânticas) e incompatíveis (que não convergem, embora estejam integrados ao sistema de restrições semânticas); e b) temas específicos: refere-se aqueles próprios de um discurso particular em que sua presença é explicada mediante uma relação semântica privilegiada (MAINGUENEAU, 2016).

A intertextualidade diz respeito aos "tipos de relações intertextuais que a competência discursiva define como legítimas" (*ibidem*, p. 77) a partir da operação delas pelo sistema de

CC BY NC SA

restrições, uma vez que todo discurso faz referência a discursos anteriores, à medida que estabelece certas filiações e repudia outras. Ela pode ser interna, quando a relação intertextual se sustenta no mesmo campo discursivo, ou externa, quando as relações intertextuais derivam de outros campos discursivos.

Em estatuto do enunciador e do destinatário, busca-se analisar como os discursos atribuem o estatuto que o enunciador confere para si mesmo e aquele que é atribuído ao seu destinatário para legitimar sua fala. Eles podem envolver duas dimensões: a) institucional: própria do espaço institucional que o enunciador pertence; e b) intertextual: referente aos espaços de diversas fontes de saber (*ibidem*, 2016). Importante destacar que para a Análise do Discurso o enunciador não corresponde a uma pessoa pensante e externa ao discurso, mas ao sujeito que se constitui tão somente no/pelo discurso.

Já a dêixis enunciativa versa sobre os modos pelos quais o discurso, em função de seu sistema de restrições, convoca um "conjunto de localizações no espaço e no tempo que um ato de enunciação apresenta, graças a embreantes como 'aqui' e 'agora'" (*ibidem*, p. 88). Porém, Maingueneau (2016) adverte que a dêixis enunciativa não deve ser compreendida como as datas e os locais em que os enunciados efetivos foram produzidos, tampouco como a realidade biográfica das pessoas autoras. Ela deve ser vista como uma instância de enunciação legítima que "delimita a cena e a cronologia que o discurso constrói para autorizar sua própria enunciação" (*ibidem,* p. 89), conforme as restrições semânticas de onde se fala.

A respeito das dimensões, tomamos a estrutura analítica para a leitura de identidades desenvolvida por Lene Hansen (2006). Segundo a autora, as dimensões espacial, temporal e ética envolvem a realização de uma leitura baseada em articulações discursivas explícitas, verificando como os sentidos são ligados e justapostos na constituição do EU e do Outro e/ou múltiplos Outros e de que modo eles legitimam políticas específicas (HANSEN, 2006).

A dimensão espacial trata-se de limites e espacialidades construídas por meio da produção de fronteiras entre o externo e o interno de uma comunidade nacional em relação a outra e podem envolver tanto uma representação geográfica quanto de natureza mais abstrata e subjetiva. A dimensão temporal refere-se à temporalidade construída entre o EU e o Outro e pode ser uma temporalidade semelhante ou diferente, superior ou inferior, desenvolvida ou não desenvolvida etc. A dimensão ética envolve a forma como os discursos de política externa estabelecem certa preocupação com as ordens ética, moral e de responsabilidade, conforme uma força moral particular é evocada por representações (HANSEN, 2006).

Além disso, como estratégia analítica, a análise partiu das posições do sujeito-EU enunciador, o Brasil, como forma de verificar as representações constituídas. Isso porque, segundo

CC BY NC SA

Cooper (2005), a identidade é ambígua e fragmentada demais, não devendo ser tomada enquanto categoria. Assim, a estratégia de inserir as posições de sujeito como ponto de partida contribui para identificar, de forma eficaz, as representações, porquanto o lugar do sujeito é condição da constituição de toda identidade. No caso do Estado, ele é uma entidade social constituída por um conjunto de posições de sujeito, com inscrição em múltiplas relações sociais e formas específicas de identificação (MOUFFE, 1999). O Estado é um agente importante de identificação e categorização no sistema internacional. Essa compreensão se torna chave quando se considera o EU atravessado por posições em uma teia de significados relacionais com o Outro.

REPRESENTAÇÃO, IDENTIDADE E POLÍTICA EXTERNA

Nesta seção serão discutidas as noções teóricas de representação, identidade e política externa a partir dos estudos pós-estruturalistas. Segundo Shapiro (1998; 1989), qualquer realidade, como por exemplo o espaço em que a política internacional é implementada, é sempre mediada por um modo ou uma simples de representação, que envolve sinais profundamente ideológicos, além de estruturas que buscam naturalizar o "real". Essas representações não são simples descrições do mundo com mera correspondência a alguma coisa. "São formas de fazer facticidade" (SHAPIRO, 1989, p. 13) que operam sistemas de significação que circulam e constroem conhecimentos e identidades, à medida que estabelecem oposições e hierarquias através das quais passamos a conhecer o mundo (DOTY, 1996).

Ao privilegiar os textos como espaço de análise e investigação das representações, Shapiro (1989) expõe que uma perspectiva política crítica questiona as formas privilegiadas de representação em que certos tipos de significados e valores produzidos no domínio das práticas representacionais conduzem para que sujeitos, objetos, eventos e temas sejam aceitos no mundo político construído, impactando no comportamento ou na política em si. Portanto, pensar em práticas representacionais é destacar a natureza política, construída nas formas que estabelecem as oposições e hierarquias através das quais passamos a conhecer o mundo (DOTY, 1996).

A respeito da identidade, Lene Hansen (2006) traz que a identidade é relacional, discursiva, social e política. Relacional porque sua construção só é possível por meio da "delimitação simultânea de algo que é diferente" (*ibidem*, p. 17): o Outro ou uma série deles. A diferença, por sua vez, não precisa ser radical. Hansen (2006) defende a possibilidade de existir a justa-

CC BY NC SA

posição de Outros menos radicais e ameaçadores no discurso de política externa, em que a relação entre o Eu-Outro se situa no interior de uma teia de identidades em que há a "articulação simultânea de várias outras identidades de caráter menos radical e mais ambíguo" (2006, p. 36). Por exemplo, as posições do Brasil, enquanto sujeito-EU, foram constituídas de forma relacional com a América Latina, de modo que mesmo tendo sua espacialidade inscrita no interior da região sob o signo de paz, tem sua posição também inscrita como qualitativamente superior aos demais países pertencentes à região, o que contribui para, junto de outras relações textuais, constituir uma identidade de líder regional.

Dando continuidade aos atributos da identidade, ela também é discursiva porque é constituída no/pelo do discurso, sendo impossível considerá-la enquanto um aspecto objetivo localizado em um domínio extradiscursivo ou podendo existir independentemente de práticas discursivas. Social, porque é formada por um conjunto de códigos sociais articulados coletivamente (como gênero, cor/raça, nacionalidade, regime político etc.) e "não como propriedade privada da pessoa ou uma condição psicológica" (HANSEN, 2006, p. 6). E política, porque, ao mesmo tempo em que a identidade gera condições para que a política seja articulada, é constitutiva e produto da própria política. Logo, segundo a autora, identidade e política externa não são causalmente separadas, pois há uma relação de constituição mútua, graças ao vínculo constitutivo do discurso que torna possível a existência de ambas.

Nesse sentido, Hansen (2006) conceitua política externa como uma prática discursiva, dependente de representações de identidade as quais colocam questões sob uma ótica interpretativa específica. Porém, é por meio da formulação da política externa que as identidades são produzidas e reproduzidas. Sobre os discursos de política externa, a autora afirma que eles criam os elos estáveis entre as representações de identidade à política externa proposta, além de articularem e entrelaçarem os fatores materiais e ideacionais.

De forma similar, Bahar Rumelili (2004) entende que a identidade é sempre constituída pela diferença entre o EU e o Outro, através de práticas discursivas, mas traz uma novidade para a análise de política externa que consiste na questão da distância social e seus desdobramentos em moldar identidades inclusivas e exclusivas. Segundo a autora turca, a distância social consiste em que maneira "o EU se distancia socialmente em relação ao Outro", de modo que "os Estados realizam ou garantem suas identidades nas relações internacionais se associando ou dissociando de outros Estados" (*ibidem*, p. 38). "Os Estados se associam quando se envolvem em atos que simbolizam sua pertença na mesma comunidade de identidade" (*ibidem*, p. 38), ao participar de várias organizações internacionais, ao assinar tratados de entendimento mútuo, ao se engajar em ações coletivas e assim por diante (RUMELILI, 2007). A

CC BY NC SA

associação é a simbolização do envolvimento dos Estados e não necessariamente uma cooperação. Por outro lado, os Estados se dissociam quando consideram os outros completamente diferentes de si (RUMELILI, 2004; 2007).

Dessa forma, Rumelili (2004; 2007) traz que as identidades inclusivas são aquelas que permitem a associação entre o EU e o Outro, de modo que as diferenças do Outro são construídas e representadas com base em seus traços adquiridos, de tal modo que a identidade do Outro aspira a se tornar como o EU. Ou seja, a associação com o Outro comunica o reconhecimento de que ele pode vir a ser como o EU e este forneceria os meios para "influenciar a evolução da identidade do Outro" (RUMELILI, 2004, p. 38). Em contraste, a dissociação assegura as identidades exclusivas, conforme constrói diferenças do Outro para serem baseadas em traços inerentes, de maneira que a identidade dele é garantida por "limites claros entre o EU e o Outro" (*ibidem*, p. 39). Em outras palavras, o EU dissocia-se do Outro para "inscrever limites que indicam que o Outro nunca poderá se tornar como o EU" (*ibidem*, p. 39).

Por exemplo, como será discutido na análise do discurso, a identidade de líder regional do Brasil que se constituiu nos discursos de PEB se mostra inclusiva em relação aos demais países da América do Sul, uma vez que há uma associação entre o Brasil e esses países. Assim, as competências e capacidades do sujeito-EU, como sua posição temporal superior, revelam um traço adquirido do Brasil que induz aos demais o reconhecimento e o desejo de se integrar. Por outro lado, a identidade sul-americana do Brasil se apresenta como exclusiva em relação às grandes potências, já que essas são representadas, nos discursos de PEB, como não possuindo os traços inerentes ao Brasil e aos demais países sul-americanos, como a pacificidade e a solidariedade.

Por fim, recorre-se à noção de política externa a partir do entendimento de Campbell (1990). Campbell (1990) distingue *política externa* de *Política Externa.* A primeira, com letra minúscula, "pode ser entendida como se referindo a todas as relações de alteridade, práticas de diferenciação ou modos de exclusão que constituem seus objetos como 'estrangeiros'" (1990, p. 270). Trata-se, portanto, de um conjunto particular de práticas representacionais aplicadas a todos os confrontos entre o EU e o Outro. Neste sentido, a política externa independe do Estado, pois opera em todos os níveis de organização social, das relações pessoais até as globais.

Já a Política Externa incide em um tipo específico de prática orientada externamente, uma "*performance* política produtora de fronteiras" (CAMPBELL, 1992, p. 69), de forma que tais fronteiras são centrais para a produção e reprodução da identidade do Estado em cujo nome ele próprio opera, ao passo que se baseia nos meios de representação disponíveis para

CC BY NC SA

produzir um modo particular de subjetividade (CAMPBELL, 1990; 1992). Através de múltiplas estratégias de alteridade presentes na Política Externa, as identidades são constituídas por "locais historicamente específicos e espacialmente definidos" (CAMPBELL, 1992, p. 68). Por exemplo, os discursos de PEB analisados produzem uma nova subjetividade acerca da integração regional trazida como uma continuidade do processo de independência, à medida que inscreve os países sul-americanos numa relação de igualdades em contraposição aos países ricos que buscam subordinar os demais aos seus interesses. Portanto, para Campbell (1992, p. 76), a política externa é uma "economia discursiva ou matriz convencional de interpretações" de representações de alteridade que opera na condição de possibilidade para a Política Externa, à proporção que produz subjetividades.

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DO GOVERNO LULA A PARTIR DA ANÁLISE DO DISCURSO

Esta seção, dividida em quatro partes, é destinada à aplicação do dispositivo de análise do discurso por meio da interação das categorias linguístico-discursivas extraídas da Semântica global de Maingueneau (2016) com as dimensões analíticas de Hansen (2004). As duas primeiras partes envolvem a descrição e a interpretação dos significados a partir do manejo das categorias temas, intertextualidade e dêixis enunciativa, de modo que a primeira centra nas leituras iniciais das posições do sujeito-EU, enquanto que a segunda foca na atualização do tema específico da independência que os textos evocam. A terceira parte centra na categoria de estatuto do enunciador e do destinatário. A terceira categoria consiste na etapa final da análise do discurso em que se realiza uma exploratória crítica, a fim de expor as identidades construídas e representadas pelos discursos de política externa.

Leitura iniciais das posições do Brasil nos discursos de PEB

No início do governo Lula, em 2003, o corpo diplomático e o presidente enfatizaram que a prioridade da PEB seria a construção e a integração da América do Sul enquanto espaço político, social e economicamente próspero e estável, bem como a necessidade de revitalizar o MERCOSUL (BRASIL, 2003a; BRASIL, 2003b). No primeiro ano de governo, em junho 2003, foi realizada uma Cúpula do MERCOSUL na Argentina, na qual o Brasil apresentou o Programa

CC BY NC SA

para a Consolidação da União Aduaneira, "que marcou formalmente o começo do processo de aprofundamento" do MERCOSUL (RUIZ; VAZQUEZ, 2009). Em 8 de dezembro de 2004, por meio de um projeto do Brasil para a integração política da América do Sul, durante a III Reunião de Presidentes da América do Sul, no Peru, foi criada a Comunidade Sul-Americana de Nações, conhecida popularmente como CASA, por meio da Declaração de Cuzco. Compreendendo 12 países, a CASA visa fortalecer o diálogo político e a integração econômica e de infraestrutura na região sul-americana (CERVO, 2015; GARCIA, 2017), sem substituir o MERCOSUL.

Em junho de 2005, foi criado o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL, durante a Cúpula do MERCOSUL na Argentina, o qual visava reduzir as assimetrias entre os países do bloco mediante o desenvolvimento de projetos de integração produtiva (GARCIA, 2017) e o incentivo aos investimentos e políticas de crescimento econômico mediante a redistribuição das contribuições dos Estados-membros (PECEQUILO; CARMO, 2015). Durante os governos Lula, foram realizadas diversas iniciativas de cooperação, acordos de comércio preferencial e união aduaneira, cúpulas e reuniões com parceiros extrarregionais – por exemplo, com blocos como Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, a União Europeia, a Associação de Nações do Sudeste Asiático, e países como Austrália, Israel, Emirados Árabes Unidos, Palestina, Síria, Turquia, Rússia etc. (GARCIA, 2017).

Posteriormente, em abril de 2007, a primeira Cúpula Energética da CASA, realizada na Venezuela, onde os presidentes decidiram "renomear a Comunidade, que passou a se chamar a União de Nações Sul-Americanas" (GARCIA, 2017, p. 375), ou simplesmente UNASUL. Além disso, em 2009, foi instalado um Conselho de Defesa Sul-Americano no âmbito da UNASUL, a partir de uma proposta de criação feita pelo Brasil (CERVO, 2015).

Considerando tais contextos, uma primeira relação textual identificada envolve o esforço dos textos em inscrever a posição do Brasil no interior da espacialidade da América do Sul, o que fica evidente em expressões como "precisamos caminhar rumo a uma cidadania sul-americana" (BRASIL, 2006a), "devemos continuar construindo uma identidade sul-americana" (BRASIL, 2007) e "é chegada a hora de aprofundarmos nossa identidade sul-americana" (BRASIL, 2008a). É importante destacar que os verbos no presente, conjugados na primeira pessoa do plural, caracterizam um "eu expandido para além da pessoa estrita, ao mesmo tempo aumentado e com contornos vagos" (MAINGUENEAU, 2013, p. 152). Estes discursos foram pronunciados pelo presidente Lula na cerimônia de abertura da II Reunião *de* Chefes de Estado e de Governo dos Países da Comunidade Sul-Americana de Nações (BRASIL, 2006a), na abertura da Cúpula do Mercosul (BRASIL, 2007) e na reunião extraordinária de chefes de Estado e de Governo da UNASUL (2008), respectivamente, sendo dirigidos aos demais países integran-

CC BY NC SA

tes. Ainda que o pronome da primeira pessoa do plural, *nós,* esteja oculto, os textos buscam mobilizar a atenção dos demais países para o ser sul-americano. "*Devemos continuar*" e "*precisamos caminhar*" expressam a condicionalidade de ações em direção ao ser sul-americano. A expressão "*é chegada a hora*" ativa um sentido de imediatismo, de modo que o enunciador que se coloca na posição de convocar os demais.

Outra relação de identificação da posição do Brasil nessa região decorre de ações positivas que expressam modos de agir. Por exemplo: "[...] o Brasil *investiu pesadamente* numa nova concepção da integração regional." (BRASIL, 2010a); "O Brasil está *empenhado em aumentar* suas importações da América do Sul." (BRASIL, 2006a); "o Brasil já está *tomando medidas* para estimular parcerias no Mercosul." (BRASIL, 2003c); e "Nos últimos anos, o governo brasileiro *investiu muito* na integração e na paz da América do Sul." (AMORIM, 2010 *in* CORRÊA, 2012).

Esses modos de agir são representados, por meio de verbos, por ações concluídas, em andamento ou intenções de ações, direcionados positivamente em relação à região e às instituições – MERCOSUL e UNASUL –, de forma que o tema da integração regional se destaca. Considerando que os casos analisados envolvem o tema da integração regional a partir dessas duas instituições, não é de se estranhar que o tema imposto fosse compatível com todo o sistema semântico. O que se destaca, no entanto, é que o tema imposto é ligado à posição do Brasil de assumir responsabilidade na integração regional. Desse modo, o enunciador se esforça para, não só aproximar as espacialidades, mas integrá-las.

A integração da posição do país à região é justificada pelo enunciador mediante a invocação de uma força moral particular, representada pelo signo de destino, como em "o Brasil decidiu associar o seu *destino* ao futuro e ao *destino* da América do Sul." (BRASIL, 2005a), "[...] queremos associar o *destino* do Brasil ao de nosso Continente." (BRASIL, 2007), "O Brasil quer associar seu presente e seu futuro ao *destino* da América do Sul." (BRASIL, 2008a; 2010b). Esse componente textual, de ordem moral, age para construir o elo, não só de espacialidades, mas também de preocupações morais particulares em inscrever a posição do Brasil no interior do espaço da América do Sul. As expressões "*decidiu associar*", "*queremos associar*" e "*quer associar*" sinalizam intenções e estão ligados unicamente ao enunciador pela demarcação espacial do Brasil nos textos, tendo como fundamento o destino.

A América do Sul é representada por meio de um conjunto de signos que a valorizam. Destaca-se o signo de paz, que é mobilizado demasiadamente nos textos a partir de palavras que transmitem esse sentido semântico, como por exemplo: "em nossa região [...] predomina uma *cultura de paz*" (LULA DA SILVA, 2004 *in* CORRÊA, 2012), "somos e queremos ser uma *zona de paz*" (BRASIL, 2006b); "a América do Sul e o Mercosul hoje são exemplos de como o

CC BY NC SA

mundo poderia *viver em paz*" (BRASIL, 2010c); e a "América do Sul é hoje uma *região de paz*" (BRASIL, 2008a). Conforme ocorre a repetição desse termo para valorizar a região por seus atributos pacíficos, um estado é consolidado no agora, pois os verbos utilizados estão conjugados no presente, constituindo marcas indicadoras de tempo que instituem localizações no agora – assim como o uso do advérbio *hoje* (elemento dêitico temporal).

Destaca-se que os termos *cultura de paz* e *zona de paz* são utilizados recorrentemente na tradição diplomática. O primeiro se refere a uma atuação em tratar conflitos por meio do diálogo e da cooperação, enquanto o segundo é utilizado para designar o estado da região em não apresentar conflitos armados entre os países integrantes (para mais detalhes, ver MIYAMOTO, 1987; VILLA; PIMENTA, 2016; ABDENUR *et al.*, 2016). O que é importante destacar aqui é como tais termos são evocados no contexto situacional do discurso para a emergência de novas interpretações, como a singularização do tempo no agora, em contraposição ao passado, e, como veremos adiante, para impulsionar a integração regional a partir da vinculação com o significado de independência.

Ainda, os textos diferenciam a região, delimitando, de um lado, o espaço entre um interno pacífico e seguro devido à ausência de armas, bombas e guerras e um externo não muito bem identificado, mas que não se iguala à região.

> (A1) Acho que *a América do Sul e o Mercosul hoje são exemplos de como o mundo poderia viver em paz, de como o mundo poderia viver sem armas nucleares, de como o mundo poderia viver sem guerra*, de como o mundo poderia viver de forma muito mais harmônica. Eles poderiam aprender conosco (BRASIL, 2010c, grifo do autor)

> (A2) [...] *a paz neste continente não tem preço e que a gente fará qualquer coisa para que a paz permeie a ação de todos nós. Aqui, aqui não falamos em bomba nuclear, aqui não falamos em guerra* (BRASIL, 2010d, grifo do autor).

> (A3) Vivemos em uma das *regiões mais pacíficas e desarmadas do mundo* (BRASIL, 2010b, grifo do autor)

No exemplo A1, as expressões "*são exemplos de como o mundo poderia viver*" e "*poderiam aprender conosco*" buscam ativar um sentimento de que a região deva ser admirada pelo mundo diante da sua qualidade pacífica. Além disso, pressupõe-se que o mundo ou certas partes do mundo ainda não atingiram esse estado, haja vista que o verbo *poderia* marca uma condição a ser realizada. Em A2, a expressão "*a paz neste continente não tem preço*" traz uma espacialidade bem marcada por "*neste continente*" e sugere o pressuposto (elemento implícito no discurso) de que essa qualidade valorativa do continente não pode nem sequer ser

CC BY NC SA

objeto de negociação com outros externos. No exemplo A3, em "*vivemos em uma das regiões mais pacíficas*", a junção de *das* e *mais* mobiliza uma comparação da região e de seu espaço com outras regiões. Essa espacialidade da América do Sul como livre de armas se deu principalmente em discursos no âmbito do MERCOSUL.

Outro valor atribuído à região envolve o signo de união, como nas passagens "queremos uma América do Sul mais *unida* politicamente..." (BRASIL, 2006c); "estamos decididos a concretizar um sonho de integração e *unidade*..." (BRASIL, 2005a); e "uma América do Sul *unida* mexerá com o tabuleiro do poder no mundo" (BRASIL, 2008a). Diferentemente do signo de paz, o de união não se refere a um estado totalmente consolidado no presente. "*Queremos"* e "*estamos decididos a concretizar*" expressam intenções e desejos; "*está empenhado na construção*" sinaliza que o projeto de uma América do Sul unida ainda está em construção; e o verbo *mexer*, conjugado no futuro (*mexerá*), sinaliza uma condição projetada no futuro.

Desse modo, as encenações tecidas pelo enunciador diante da representação de um movimento progressivo da integração regional envolvem e atribuem conteúdo semântico ao contexto da expansão do MERCOSUL e o surgimento de um novo bloco regional, a UNASUL, durante os governos Lula. Esse movimento progressivo que advém das relações textuais decorre de uma temporalidade que institui diferentes concepções de tempo associadas à espacialidade da região.

> (B1) Agora, *se nós olharmos no tempo em que começamos a trabalhar, efetivamente,* com o espírito de construir uma coisa na América do Sul e na América Latina, nós vamos perceber, e eu concordo contigo, Duhalde, *nós avançamos de forma extraordinária* (BRASIL, 2005a, grifo do autor)

> (B2) Às vezes me pergunto *porque* (sic) *demoramos tanto para transformar a integração em realidade.* Por que, *em dois séculos de vida independente, somente nos últimos anos os chefes de Estado sul-americanos começaram a se reunir,* tendo a integração como preocupação central (BRASIL, 2006a, grifo do autor)

> (B3) *Quando lançamos em Cuzco, em dezembro de 2004*, os fundamentos deste empreendimento, poucos imaginavam que *quatro anos mais tarde teríamos constituído uma verdadeira união sul-americana.* A América do Sul renova a confiança na capacidade de seus povos de construírem um destino comum de desenvolvimento, justiça social, democracia e paz (BRASIL, 2008a, grifo do autor)

> (B4) [...] se a gente pegasse *uma fotografia do que era a América do Sul nos anos 2000,* tirasse uma fotografia e *comparasse com a fotografia que nós temos hoje*, nós iríamos *perceber o avanço que aconteceu, de pessoas eleitas com o compromisso de fazer política social* (BRASIL, 2010b, grifo do autor)

CC BY NC SA

No exemplo B1, a expressão "*se nós olharmos no tempo*" liga os destinatários, por meio do pronome pessoal *nós,* a uma inscrição temporal; o advérbio *efetivament*e atribui uma força semântica na cena temporal, constituindo um marco de ruptura, já que pressupõe que anteriormente não ocorria algo; e a expressão "*nós avançamos de forma extraordinária*" confere uma progressão temporal, de modo que o momento atual é temporalmente superior ao passado. Em B2, há uma inscrição temporal mais específica com relação ao primeiro exemplo ("*nos últimos anos*"), sendo que o sentido de integração é marcado nessa cronologia a partir desse elemento dêitico temporal. O advérbio *somente*, assim como no exemplo anterior, também traz uma força semântica e constitui um marco de ruptura, pressupondo que no passado também não se dava a integração sul-americana. Em B3, referentes bem mais delimitados são trazidos, como "*Cuzco*" e "*dezembro de 2004*", elementos dêiticos espacial e temporal, respectivamente. Tais referentes agem como marcos na cronologia para contrapor que "*uma verdadeira união sul-americana*" ocorreu "*quatros anos mais tarde*" (esse discurso foi pronunciado em 2008). Em B4, o elemento dêitico temporal "*nos anos 2000*" consiste em um divisor cronológico e comparativo entre uma situação passada e o avanço que ocorreu.

Todos esses elementos textuais constroem uma cena em que a temporalidade atravessa a espacialidade da América do Sul, diferenciando-a. A partir de um momento de ruptura, ora delimitado ora não, a integração sul-americana é estabelecida como um tema temporal, um movimento de desenvolvimento, que ocorreu em um contexto próximo aos atos de enunciação do enunciador. Tem-se aqui, portanto, uma fronteira temporal.

Ainda sobre a dimensão temporal, um Outro externo à região é evocado.

> (C1) [...] não haverá outro caminho para nós fora da nossa integração. Individualmente, cada um de nós pode pensar que tem solução. Aliás, *no século XX inteiro, cada país tentou encontrar a solução sozinho. Cada um achava que poderia ser mais amigo de uma grande potência. Cada um achava que tinha que ser mais amigo ou da União Européia, ou do Japão, ou dos Estados Unidos, porque a partir dessa amizade teria solucionado os seus problemas. Os indicadores mostram que não houve evolução.* E como já foi dito aqui, quem era rico ficou mais rico e quem era pobre ficou mais pobre. Se essa lição valer para o nosso comportamento daqui para a frente, uero terminar dizendo aos companheiros presidentes, chanceleres, embaixadores, altos funcionários dos países da América do Sul: não haverá saída individual para nenhum país (BRASIL, 2005a, grifo do autor).

> (C2) Muita gente entendia, nos nossos países, que era mais fácil voltar à *velha tradição de privilegiar a relação com os Estados Unidos e com a União Européia e virar as costas a nós mesmos* (BRASIL, 2006b, grifo do autor).

CC BY NC SA

> (C3) *A lógica que predominava aqui na América do Sul era a lógica de quem era mais amigo da Europa ou de quem era mais amigo dos Estados Unidos.* Eu me lembro que a Argentina tinha um presidente, e o Brasil tinha outro, que *ficavam disputando quem conversava mais com os governantes da Europa e dos Estados Unidos. Nós não precisamos disso* (BRASIL, 2008b, grifo do autor).

> (C4) A gente precisa *ter compreensão do que era a nossa América do Sul há dez anos. Há dez anos, os presidentes dos nossos países disputavam apenas o direito de ver quem era mais amigo dos presidentes dos Estados Unidos.* E que o Mercosul tinha sido jogado na lata do lixo e que a proposta da Alca se apresentava como a salvação da América do Sul, porque iríamos ter por detrás uma potência como os Estados Unidos para comprar os produtos produzidos aqui na nossa querida América do Sul. O acordo era com o Brasil, que era um grande país produtor, o que tinha a maior tecnologia. E quando a gente perguntava: os Estados Unidos vão fazer com a América do Sul o que a União Europeia fez com os países pobres como Grécia, Espanha e Portugal? Eles vão conseguir dinheiro para alavancar o desenvolvimento de infraestrutura? Ele vai ajudar no desenvolvimento tecnológico? Ele vai colocar dinheiro para tornar os países mais iguais? Não. (BRASIL, 2010d, grifo do autor).

A partir do elemento dêitico temporal "*há dez anos*" (C4) e de outras marcas ou expressões indicadoras de tempo, como "*no século XX inteiro*" (C1), "*velha tradição*" (C2), "*a lógica que predominava*" e "*era*" (C3), uma cronologia é delimitada e, no conjunto de localizações no tempo, o passado é visto como incompatível com a integração, ao passo que o presente é definido como compatível. Segundo os textos, os países da região agiam sozinhos no passado, posicionados em igualdade com o comportamento de disputar a amizade com sujeitos externos à região – *grande potência*, *União Europeia*, *Estados Unidos*, entre outros. Por outro lado, tais comportamentos são inscritos como contrários à região, diante de uma diferenciação negativa. Expressões como "*não haverá saída individual para nenhum país*" (C1), "*os indicadores mostram que houve evolução*" (C1), "*virar as costas a nós mesmos*" (C2), "*nós não precisamos disso*" (C3) e a série de perguntas que apontam limites e negações dos EUA para com as necessidades da região (C4) reforçam e legitimam a construção de uma temporalidade que diferencia o passado e o presente, uma temporalidade atravessada pela evocação destes Outros externos. Os EUA ocupam uma posição recorrente nesse espaço discursivo de alteridade na forma de polêmica – a situação conflituosa que se estabelece nos textos em que uns se encontram negando os argumentos do seu oponente (CHARAUDEAU, 2018) –, tendo em vista a repetição do posicionamento discursivo em traduzi-lo como corpo negativo.

Por efeito, toda a mobilização dos elementos dêiticos temporais e das outras marcas ou expressões indicadoras de tempo contribui para ativar a memória de um tempo associado em torno de Outros externos à região para que sejam rejeitados pelos destinatários mediante a

CC BY NC SA

articulação de ressentimentos. Destaca-se que essa relação, pautada na polêmica, é colocada inversamente à integração, sendo esta última desejada. Ainda, a instauração da polêmica, juntamente à temporalidade, institui a verificação do que é moralmente necessário e politicamente viável ao estabelecer contato com a alteridade e erguer fronteiras de ordem ética: agir sozinho e buscar manter relações com Outros externos (aqui no polo da alteridade) não atendem a esses dois pontos. Por outro lado, seguir com a integração sul-americana e a união entre os países-sul-americanos parece viável e necessário do ponto de vista moral e político.

Integração sul-americana como continuidade do processo de independência

Outro aspecto importante acerca da temporalidade que os textos produzem consiste na reformulação e atualização do tema específico da independência. Esse tema específico aparece com mais predominância nos discursos pronunciados no âmbito da UNASUL – e, antes da CASA –, mas não deixam de aparecer também no MERCOSUL, embora não sejam tão recorrentes.

> (D1) Estamos decididos a concretizar um *sonho de integração e unidade* que animou os *próceres de nossa independência* (BRASIL, 2005b, grifo do autor).
>
> (D2) Por que, em *dois séculos de vida independente*, somente nos últimos anos os chefes de Estado sul-americanos começaram a se reunir, tendo a *integração como preocupação central* (BRASIL, 2006a, grifo do autor).
>
> (D3) Estamos superando a inércia e as resistências que, *ao longo de 200 anos de vida política independente, impediram que trilhássemos juntos o caminho da unidade*. Ao darmos institucionalidade à nossa União, estamos transformando em realidade o *sonho integrador de nossos próceres e libertadores* (BRASIL, 2008a, grifo do autor).
>
> (D4) Estamos materializando *o sonho de nossos próceres e libertadores*. Estamos superando a inércia e as resistências que*, ao longo de duzentos anos de vida política independente, impediram que trilhássemos juntos os caminhos da unidade* (BRASIL, 2010b, grifo do autor).

Através de certas relações textuais e intertextuais, uma encenação singular foi construída. Em primeiro lugar, as expressões temporais constituem referentes que delimitam uma cronologia, como "*em dois séculos*" (D2) e "*ao longo de 200 anos*" (D3), que operam como localizações no tempo para a evocação da cena da independência desses países, que antes

eram colônias das potências europeias. Em segundo, os textos trazem referentes históricos evocados por meio de figuras heroínas, como "*próceres de nossa independência*" (D1) e "*nossos próceres e libertadores*" (D3 e D4). Mas quem seriam elas?

Nesse caso, o apagamento das pessoas contribui para transmitir o sentido de que essas figuras ocupam um lugar no espaço discursivo que independe do processo de enunciação (MAINGUENEAU, 2013). É como se existissem em algum lugar no tempo, desde o momento da independência dos países, até o presente – o ato da enunciação – e continuarão existindo no futuro –, pois a concretização do *sonho* das figuras heroínas está em andamento. Caso houvesse uma identificação específica dessas figuras, mediante a citação de nomes próprios, poderíamos localizar um momento específico no tempo a partir da nossa memória. Mas, como há esse apagamento das pessoas, a enunciação as situa como um ponto absoluto no tempo.

Além disso, o apagamento implica adotar uma maior vinculação com os coenunciadores, mobilizando afetividades, à medida que essas figuras heroínas não identificadas podem ser relacionadas a todos os países da região. Considerando o tema da integração, conforme ocorre a repetição dos termos nos textos, a afetividade mobilizada apela para a unidade diante do processo em comum que todos os demais países passaram: a independência. Em terceiro lugar, a relação intertextual externa do campo histórico contribui para legitimar a enunciação. Enfim, a cena final é a reformulação e atualização do tema específico da independência, cujas suas subjetividades direcionam para a leitura da integração como uma continuidade do processo da independência.

A produção de subjetividades a partir da relação entre independência e integração também envolve a mobilização de ressentimentos mediante a evocação de um Outro da América do Sul.

> (E1) *Os países ricos* fazem discursos de bonzinhos, *mas* querem que nós *submetamos* o nosso desenvolvimento para cuidar de coisas que eles não cuidaram. [...] Nós nunca fizemos nenhuma crítica a quem quisesse fazer acordo, com quem quisesse. Era um direito soberano de cada país fazer acordo com *os Estados Unidos,* fazer acordo com *a Europa,* fazer acordo com *o Japão.* Mas o que *nós queríamos* era fortalecer o potencial de similaridade que *nós tínhamos* e que *não era explorado* (BRASIL, 2010c, grifo do autor).

> (E2) Nós precisamos analisar as nossas conquistas no tempo da história. E oito ou dez anos do que aconteceu na América do Sul é quase nada, se nós imaginarmos que *há 200 anos quase todos os países da América do Sul conquistaram a sua independência*, uma parte da Espanha e nós, brasileiros, de Portugal, e *que mesmo conquistando a independência nós não éramos independentes, hora ficamos subordinados aos Estados Unidos, hora ficamos subordinados aos interesses ingleses, hora ficamos subordinados a interesses comerciais com os países ricos* (BRASIL, 2010d, grifo do autor).

CC BY NC SA

Nos fragmentos acima, há menções a certos sujeitos: países ricos, Estados Unidos, Europa, Japão, entre outros. No exemplo E1, na primeira parte, a conjunção *mas* traz uma oposição em relação à informação anterior e indica uma imposição dos países ricos aos países sul-americanos, pressuposto esse derivado do verbo *submetamos*. Na segunda parte, o fortalecimento da integração é colocado em relação de igualdade com a condição de não ser explorado. O motivo de a intenção constar no passado, ("*nós queríamos*" e "*nós tínhamos*") decorre do contexto enunciativo. Pouco antes desse trecho, o enunciador traz o debate da proposta dos EUA acerca da Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA).

Desde a disputa eleitoral brasileira de 2002, a ALCA foi um tema de destaque que opôs, de um lado, os candidatos do Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB) em favor da negociação do acordo, e de outro, os candidatos do Partido dos Trabalhadores (PT) em oposição à proposta, como afirmam Boito Jr. e Berringer (2013). Segundo os autores, os EUA visavam diminuir a influência do Brasil na região e pressionavam a assinatura da ALCA, a fim de estabelecer acordos bilaterais com os países andinos, caribenhos e demais membros do MERCOSUL. Diante disso, o Brasil, durante os governos Lula, buscou fortalecer o MERCOSUL e outras iniciativas de integração sul-americana, com o objetivo de contrabalancear as relações com os EUA e a Europa, o que levou ao arquivamento da proposta da ALCA.

Em E2, na primeira parte, após mobilizar a cena que remete ao processo de independência dos países, é posto que os países sul-americanos continuaram dependentes e subordinados aos EUA, aos ingleses, aos países ricos. Na segunda parte, a posição dos EUA é inscrita em um polo de negação para com as demandas da região, embora o enunciador institua que o acordo ocorreria com o Brasil. Aqui, o contexto do ato de enunciação é novamente o debate da ALCA.

Estatutos e posições de poder

Os discursos de PEB conferem ao Brasil os estatutos de solidário, líder e competente. Tais estatutos podem ser considerados posições de poder, pois o sujeito-EU busca não só ser reconhecido, como também justificar comportamentos e políticas a partir dessas posições. No tocante ao estatuto de país solidário, Charaudeau (2018, p. 164) aponta que "todo movimento de solidariedade passa por um processo de identificação de um grupo por meio de uma ideia, um valor". Há diversas articulações textuais que conferem à posição do Brasil identificações quanto a ideias e valores comuns compartilhados entre aqueles que se encontram na região.

CC BY NC SA

Por exemplo, a defesa da América do Sul enquanto zona de paz; a vinculação das intenções e desejos com todos os países sul-americanos em direção à união e integração; a construção de uma temporalidade em torno do tema específico da independência como passado comum (dimensão intertextual externa); e a evocação de figuras heroínas, *próceres* e *libertadores*, situadas como ponto absoluto no campo do discurso, que contribuíram para mobilizar afetividades (dimensão intertextual externa). Tais elementos investem de poder a PEB e buscam cristalizar a unidade do grupo de países pertencentes à América do Sul, como se todos fossem Estados irmãos, cuja união é fortemente declarada e almejada nos discursos de PEB.

O sentido de liderança vai sendo costurado nos textos por meio de um conjunto de "ingredientes" que, por diversas relações textuais, dão forma ao estatuto. Em primeiro lugar, um líder precisa abraçar um projeto político que integra seu grupo para conduzir todos os membros na mesma direção. Ora, a posição do país é inscrita pelo fato de o Brasil estar realizando ou já ter realizado ações positivas para com a região, bem como pelas intenções a ela direcionadas, como visto anteriormente sobre os modos de agir. Essa demonstração discursiva pelo enunciador institui que o país abraça um projeto político que envolve diversos países da região. Não se trata de assegurar benefícios para o Brasil, mas de um esforço político em prol da integração, da paz e de parcerias. Além disso, o enunciador convoca os demais países em direção à integração e ao ser sul-americano, o que pode ser evidenciado pelo uso do pronome "nós", ainda que oculto na flexão verbal, expressa uma condição de ações direcionadas à integração.

Em segundo lugar, um líder deve encarnar valores comuns ao seu grupo. Nos textos, o Brasil assume uma posição de fiador dos valores da região, o que pode ser observado a partir do signo de destino que está atrelado às intenções do país ("*queremos associar*", "*quer associar*" e "*decidiu associar*"), de modo que não se trata de algo natural, mas de uma preocupação ética elaborada, estabelecida e relacionada especificamente à posição do Brasil. O falar para/pelo grupo para expressar desejo e intenção do Brasil em construir uma América do Sul unida é outro exemplo do estabelecimento de um valor comum ao grupo. Outro exemplo é a mobilização de símbolos comuns, como no caso da evocação das figuras heroínas que legitimam o projeto político da integração.

Em terceiro lugar, o líder deve buscar valorizar e elevar o grupo e demonstrar os avanços que estão sendo conquistados, além de prestar contas sobre as estratégias adotadas. Nesse âmbito, com a atualização do tema específico da independência, a integração é valorizada, uma vez que é encenada como uma continuidade do processo de independência. Esse movimento de desenvolvimento do projeto pela progressão no tempo também é percebido quando fronteiras temporais são erguidas a partir da instituição de contraposições, pelo enuncia-

CC BY NC SA

dor, entre um passado incompatível e um presente compatível com a promoção da integração e união dos países.

O reforço da região enquanto zona de paz também é uma forma de valorizar a região. A confluência dessas relações textuais embasa e justifica, como uma prestação de contas, os motivos pelos quais a união e a integração são mais importantes do que conduzir relações preferenciais com as potências externas: no passado não havia união; os países disputavam amizade com potências externas e essas não contribuíram para a América do Sul.

Desse modo, a posição do Brasil é investida de autoridade e poder para compor o estatuto de líder. Para assegurar esse estatuto, um conjunto de características que demonstram competência precisam ser adquiridas, de modo a assegurar a legitimidade e a autoridade do Brasil diante dos demais integrantes da região.

> (F1) A *verdadeira integração* se faz por meio das pessoas, e vai além dos esforços de abertura de nossos mercados. Implica na criação de uma identidade cultural e a valorização de nossa herança comum. O Brasil tomou uma *medida pioneira* nessa direção, ao aprovar a lei que torna obrigatório o ensino do espanhol em nossas escolas. As gerações futuras de brasileiros terão o espanhol como segunda língua, assim como terão a América do Sul como nossa segunda pátria. Esperamos que, crescentemente, o português também venha a ser lecionado nos outros países sul-americanos. Estamos prontos a contribuir para que isso ocorra (BRASIL, 2005a, grifo do autor).

> (F2) O *principal déficit de integração em nossa região* ainda é na área de infraestrutura de transportes e comunicações. A América do Sul é um continente que ainda não se comunica de forma satisfatória*. O Brasil tem procurado dar a sua contribuição*. Com recursos do Banco do Brasil e do BNDES, financiamos dezenas de projetos de infraestrutura nos países vizinhos nos últimos anos, totalizando mais de 4,2 bilhões de dólares (BRASIL, 2006a, grifo do autor).

> (F3) É com grande prazer que participo da *Cúpula Social do Mercosul,* em sua décima edição. *Coube ao Brasil a honra de lançar esta iniciativa, em 2006.* [...] Eu tenho certeza que nós não sentimos saudades do comércio de trás, porque *um país como o Brasil tem que assumir a responsabilidade*, como economia maior deste continente, de criar as condições de os países menores economicamente se sentirem confortáveis na relação com o Brasil (BRASIL, 2010d, grifo do autor).

Nos fragmentos acima, o enunciador atribui, institucionalmente, um conjunto de políticas e medidas adotadas em direção à integração sul-americana, como a questão da inclusão da língua espanhola nas escolas brasileiras (F1), o financiamento de projetos de infraestrutura (F2) e o lançamento da Cúpula Social no MERCOSUL (F3). No exemplo F1, a medida adotada é

CC BY NC SA

atrelada como "*verdadeira integração*", o que a torna legítima diante dos destinatários. Além disso, o país se coloca à disposição para que o mesmo possa ocorrer com os demais, cujo objetivo é construir uma relação de reciprocidade. Em F2, o país identifica na integração uma insuficiência que impacta a região e realiza medidas para saná-la. Através da dimensão intertextual, a mobilização de dados ("*totalizando mais de 4,2 bilhões de dólares*"), que constitui discurso de outro campo de saber, investe de poder a capacidade do Brasil. O mesmo ocorre no exemplo anterior, que incorpora o campo discursivo jurídico, quando é dito sobre a "*lei que torna obrigatório o ensino do espanhol*" (F1).

Já nos exemplos F1 e F3, a inclusão da língua espanhola e a Cúpula Social do MERCOSUL são mencionadas como *pioneira* e *iniciativa*, respectivamente, o que inscreve a posição do Brasil em um marco inicial na cronologia da cena, sendo o primeiro a realizar tais ações. Em F3, o enunciador atribui à posição do Brasil um parâmetro de grandeza ("*maior economia deste continente*"), que expressa capacidade e relaciona-se à responsabilidade do país. Tais elementos textuais conferem ao Brasil um estatuto de país competente, que funciona para garantir o estatuto de país líder. Em contrapartida, confere aos destinatários a necessidade de reconhecimento das características, atividades e poder desempenhados pelo Brasil.

Exploratória crítica: das posições do Brasil às suas identidades

Com a análise do discurso foi possível identificar que as posições, os sujeitos e as regiões, enquanto contextos relacionais, são atravessados por distintos cruzamentos de diferenças e ligações relacionais. Por exemplo, enquanto o Brasil tem sua posição espacial inscrita na região da América do Sul, tornando-a um Nós, o país se coloca como qualitativamente superior (por exemplo, a maior economia do continente, que lançou iniciativas e estabeleceu medidas pioneiras, que convoca os demais), à medida que se constitui seu estatuto de líder. Em outro exemplo, o Brasil se diferencia de seu EU do passado, considerado um Outro. A diferenciação do sujeito-EU por meio dessa temporalidade também está relacionada com a evocação de Outros externos diferenciados das regiões, pois, no passado, os governos disputavam as relações de amizade com as potências.

Assim, por mais que os discursos liguem o Brasil à região da América do Sul, o país é diferenciado dos demais por suas capacidades e competências, além de inscrever um interno, com posições do sujeito-EU representadas como solidário e líder, responsável por conduzir a integração, e um externo ausente de liderança capaz de retornar ao estado do passado, quan-

CC BY NC SA

do predominavam a desunião e a disputa. Além disso, houve certo padrão de reprodução e contestação no estabelecimento de certa estabilidade na qual o Estado se apoiou, onde afetos e ressentimentos foram mobilizados. Portanto, por mais que tais posições possam ser identificadas mediante categorias linguístico-discursivas, o aspecto relacional é indispensável, uma vez que o sujeito-EU se desloca no espaço discursivo, diferenciando-se, contrapondo-se e até assimilando o Outro.

Igualmente, o deslocamento das posições de sujeito advém dos cruzamentos de sentidos decorrentes da interação e ligação com Outros externos à região. As grandes potências evocadas nos textos figuram como esses Outros, tendo em vista que a América do Sul se tornou um Nós. E esses Outros foram dissociados do sujeito-EU para constituir uma ameaça à integração regional.

Contudo, não se trata de considerá-los como inimigos, mas adversários, cujas ideias podem ser combatidas e questionadas (MOUFFE, 2013). Ainda que o Brasil tenha entrado em discordâncias com os EUA e a União Europeia em certos temas, o país deu continuidade às relações com os países desenvolvidos e firmou acordos bilaterais e participou de foros e reuniões com as grandes potências, como por exemplo: a cooperação em biocombustíveis, em 2007, o plano de ação conjunta contra a discriminação racial, em 2008, o Acordo de Defesa sobre cooperação na área miliar, em 2009, entre Brasil e EUA (PECEQUILO, 2013; GARCIA, 2017). Logo, quando os discursos de PEB questionam, por meio da instauração da polêmica, os EUA e as Nações Unidas e seu Conselho sobre a capacidade de conduzir a paz naquela região, ocorre um embate de projetos, uma vez que o Brasil busca se tornar interlocutor.

Por outro lado, a ligação do sujeito-EU com os demais países da região para constituir um Nós pressupõe que a cristalização e a sustentação da identidade sul-americana pelo Brasil dependem de que ela seja compartilhada pelos demais países. Para isso, o Nós, enquanto identidade coletiva, deve ser constituído a partir do sentimento de que os sujeitos compartilhem da mesma categorização social, através do estabelecimento de elementos passados e da criação de um projeto político de futuro (RODRIGUES; PRADO, 2010). Por esse motivo, os discursos se esforçaram para mobilizar afetos, seja pela evocação de figuras heróicas ou de um passado comum, seja mobilizando sentidos de união, ou ainda pela atribuição de características comuns, como pacíficos e sul-americanos etc. Essas relações podem ser vistas como traços adquiridos, a fim de favorecer a inclusão do grupo diante das relações de associação e identificações positivas entre os países da região, ainda que haja diferenças entre eles, tendo em vista que o Brasil se coloca como qualitativamente superior, já que é ele quem conduz e lidera a integração regional.

CC BY NC SA

De outra parte, a mobilização de ressentimentos é crucial para legitimar as políticas e as identidades, devido à ressignificação da integração regional como continuidade do processo de independência, no qual os Outros externos são vistos negativamente por figurarem um corpo que explora e que provoca animosidade – uma típica relação de alteridade. Portanto, a identidade sul-americana apresenta-se como exclusiva em relação às grandes potências, já que essas não possuem os traços inerentes ao Brasil e aos demais países sul-americanos, como a pacificidade e a solidariedade.

O signo de paz também se manifesta como indispensável para entender a identidade sul-americana, pois a representação do Brasil como país pacífico e a sua projeção para a América do Sul enquanto espaço de paz se ancoram nessa identidade: se a) o Brasil é pacífico; e b) a América do Sul é pacífica; logo somos sul-americanos. Essa relação causal é uma produção discursiva que gera efeitos na condução da própria política externa. Ao ser envolvido pelos discursos, o tema da integração regional produziu novos significados para que as políticas adotadas se ajustassem à identidade, pois o centro de atividade da política de integração regional depende de uma identidade sul-americana que abrace, convoque e direcione os demais países à união.

Outra identidade que pode ser identificada nos processos de representação discursiva é a de líder regional, que é derivada da identidade sul-americana, ao passo que se mostra inclusiva em relação aos demais países da América do Sul. Por exemplo, o país tem seu estatuto de líder conferido diante do fomento da integração regional. Ademais, a partir do lócus privilegiado da América do Sul, as demonstrações de capacidades e competências e as distinções temporais que inscrevem posições de poder do Brasil, como qualitativamente superior aos demais, contribuem para que sua identidade seja lançada no sistema internacional, a fim de que seja reconhecida e aceita pelos outros atores e para assumir uma posição de igualdade em relação às grandes potências.

Apoiado nessa identidade representada pelos discursos, o Brasil desenvolveu uma política externa com forte atuação em foros e blocos multilaterais na região, como no contexto da CASA e do MERCOSUL, aqui estudados. Entre 2003 e 2004, distintos acordos de associação foram assinados com países da Comunidade Andina, e, com exceção de Guiana e Suriname, todos os países sul-americanos tornaram-se membros associados do MERCOSUL (RUIZ; VAZQUEZ, 2009).

Em 2008, em Salvador-BA, foi realizada a I Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento – CALC. Criada pelo Brasil, a CALC constitui a primeira cúpula que, pela primeira vez em 200 anos (ALMEIDA, 2014), conseguiu reunir todos os 33 países latino-americanos e caribenhos para debater os mecanismos regionais e sub-regionais de integração,

CC BY NC SA

sem a presença dos EUA e das potências europeias. Durante a II CALC, em fevereiro de 2010, em Cancun, foi criada a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos – CELAC, também voltada para o desenvolvimento e concertação política, sem a influência das grandes potências (GARCIA, 2017).

Outro exemplo de atuação em foros e blocos multilaterais foi a formação do G-20 comercial, em setembro de 2003, no México, durante a V Conferência Ministerial da OMC, na Rodada Doha (GARCIA, 2017). Tendo o Brasil liderado a sua formação, o grupo congregava 20 países em diferentes graus de desenvolvimento e tinha o objetivo de contestar e impedir decisões predeterminadas pelas potências, particularmente os EUA e a União Europeia, nas negociações multilaterais do comércio (HIRST; LIMA; PINHEIRO, 2010; ALMEIDA, 2014).

Em decorrência da crise financeira mundial desencadeada nos EUA em 2008, outro grupo ganha mais notoriedade: o G-20 financeiro. Como presidente desse grupo em 2008, o Brasil participou da Cúpula sobre Mercados Financeiros e Economia Global, em Washington, onde foram aprovadas novas medidas que visavam estabelecer um novo regime financeiro internacional (GARCIA, 2017). Além disso, em 2007, a partir de uma iniciativa do Brasil em criar um bloco político de países emergentes, é institucionalizado o chamado BRIC, coalizão entre Brasil, Rússia, Índia e China. Os esforços do Brasil representaram a formação de uma coalizão diplomática inédita com tais países. O intuito do BRIC era impulsionar tanto a "promoção de negócios entre seus membros quanto [...] articular suas diplomacias e tomar posições conjuntas em temas que lhes [conviessem] nas negociações internacionais" (CERVO, 2015, p. 544).

Portanto, a identidade de líder regional, vinculada à identidade sul-americana, influenciou e sustentou as políticas adotadas pelo país não somente na região da América do Sul, como também no sistema internacional, constituindo um ator importante no Sul Global; simultaneamente, a PEB nesses governos reforçou as identidades, por meio dos discursos. Por exemplo, o reconhecimento formal do Estado palestino por parte do Brasil, em dezembro de 2010, implicou em uma repercussão internacional e influenciou a mesma decisão por parte de outras chancelarias sul-americanas, o que ilustra o papel de liderança do Brasil na América do Sul. Até março de 2011, 11 de 12 países sul-americanas reconheceram formalmente a Palestina com *status* de Estado (AMORIM, 2015).

Por outro lado, como toda identidade é relacionalmente diferenciada, as grandes potências são constantemente evocadas nos discursos para ocuparem a figura do Outro desvalorizado e desinteressado. Isso denota a exclusividade da identidade de líder regional do país em relação às grandes potências, pois desempenhar o papel de líder é, de um lado, se posicionar muitas vezes contrariamente aos desígnios dessas potências e, de outro, inscrevê-las em um campo onde não são capazes de promover o desenvolvimento igualitário.

CC BY NC SA

Por fim, a estabilidade discursiva entre as identidades do Brasil (sul-americana e de líder regional), e a PEB não é completamente estável. Por mais que os discursos inscreveram a região da América do Sul como pacífica, conflitos se instalaram e tensões surgiram na região. Em razão do narcotráfico e de conflitos entre o governo de Bogotá e os líderes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - FARC, uma guerra civil emergiu na Colômbia (ALMEIDA, 2014). Em razão disso, relações amistosas foram geradas com seus vizinhos, Equador, em 2008, e Venezuela, em 2010 (BORGES, 2012; RICUPERO, 2017). O Brasil tentou contribuir para um processo de paz, mais de uma vez, mas não conseguiu. Em outra situação, em fevereiro de 2009, o Brasil se envolveu com as iniciativas de libertação de seis de reféns das FARC, ocasião em que o exército brasileiro prestou assistência (SOUZA NETO, 2011; BORGES, 2012).

Ainda, o Brasil realizou críticas sobre o acordo militar, o Plano Colômbia, firmado entre EUA e Colômbia, em 1999, e o estabelecimento de sete bases norte-americanas em território colombiano (SOUZA NETO, 2011; GOMES, 2013). Em reunião da UNASUL, o Brasil alegou que a instalação de tais bases desestabilizaria o equilíbrio da região (GOMES, 2013). Outros exemplos foram os cenários das eleições da Venezuela em 2002, em que emergiram tensões políticas entre o governo e a oposição diante das acusações realizadas por Hugo Chávez acerca da participação dos EUA em um golpe contra o presidente venezuelano; e a crise política e diplomática em Honduras, em 2009, em que o presidente José Manuel Zelaya foi deposto e obrigado a deixar o país (GARCIA, 2009/2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Centrar a análise nas posições do sujeito-EU, por meio do dispositivo de análise utilizado, permitiu-me compreender diversas representações e sentidos e significados construídos nos/pelos discursos. Com a AD como arcabouço metodológico, não se buscou mensurar e apurar uma única "verdade" e sentidos "ocultos" nos textos. Espera-se que as escolhas quanto à construção de interfaces teórico-metodológicas com outros campos de conhecimento possam demonstrar que pesquisas que privilegiam o discurso podem se interligar com outras áreas do conhecimento científico, sem renunciar a um plano de análise estruturado e sistemático. Uma possibilidade de ampliação da análise seria aumentar o número de sujeitos-Eu para compreender a interação e as respostas dos Eus diferentes para a mesma questão (HANSEN, 2006).

De todo modo, no escopo da pergunta realizada, os discursos de política externa brasileira mobilizaram um complexo sistema de representações discursivas, constituídas nos textos.

CC BY NC SA

Esse sistema articulou posições do sujeito-EU por meio de relações de identificação e diferenciação com outros sujeitos, ao passo que fronteiras eram produzidas pela política externa. As representações discursivas identificadas consistiram em repetições constantes, reformulação e atualização de tema específico, ressignificação do significado da integração regional, mobilização de afetos e ressentimentos, evocação de figuras heroínas, instauração de polêmica a partir de relação de alteridade, entre outras.

Observadas tais relações textuais, foram discutidas que as identidades constituídas do Brasil nos/pelos discursos de PEB, durante os governos Lula, foram: sul-americana e de líder regional. Essas identidades não podem ser pensadas sem se considerar as relações de diferenças. Tais identidades dialogam entre si e foram constituídas mediante o cruzamento e interação das posições do sujeito-EU, conforme se deslocava no espaço discursivo e, com isso, subjetividades eram produzidas diante de relações de associação e dissociação com outros sujeitos – demais países sul-americanos e outros externos à região, particularmente os EUA.

Conclui-se que a América do Sul, ao ser incorporada pelos discursos de PEB, se tornou um espaço privilegiado de produção de sentidos e significados. Por meio de representações discursivas das posições do sujeito-EU, identidades do Brasil foram lançadas no sistema internacional as quais buscavam organizar e transformar as relações de poder, conforme o país era relacionamento diferenciado e inscrito como detentor de características que o possibilitava a fomentar e liderar a integração regional sul-americana. Portanto, os discursos de política externa ligam a interpretação às questões de conhecimento e poder na tentativa de alterar a realidade.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana Erthal; MATTHEIS, Frank; SEABRA, Pedro. An ocean for the Global South: Brazil and the zone of peace and cooperation in the South Atlantic. *Cambridge Review of International Affairs,* 2016, p. 1112-1131. Disponivel em http://dx.doi.org/10.1080/09557571.2016.1230592. Acesso em 11 de maio de 2022.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Pensamento e ação da diplomacia de Lula: uma visão crítica. *Revista Política Externa*, v. 19, n. 2, set./nov. 2010, p. 27-40.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Nunca antes na diplomacia...* A política externa brasileira em tempos não convencionais. Curitiba: Appris, 2014.

AMORIM, Celso. *Teerã, Ramalá e Doha:* memórias da política externa ativa e altiva. São Paulo: Benvirá, 2015.

AMORIM, Celso. LXV Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU. 23 set. 2010. In: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org.). *O Brasil nas Nações Unidas 1946-2011.* 3. ed. rev. ampl. Brasília: FUNAG, 2012, p. 963-969.

BERRINGER, Tatiana; BOITO JR, Armando. Brasil: Classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. *Revista de Sociologia e Política,* v. 21, n. 47, 2013, p. 31-38. Disponível em < https://www.scielo.br/j/rsocp/a/px4FKyFY5PvpcB3qYBqF78C/?format=pdf&lang=pt >Acesso em 11 de maio de 2022.

BORGES, Fábio. As relações do Brasil com a Colômbia (1995-2010): aproximações e divergências. In: OLIVEIRA, Renata Peixoto de; NOGUEIRA, Silvia Garcia; MELO, Felipe Reis. (Orgs.) *América Andina:* integração regional, segurança e outros olhares. Campina Grande: EDUEPB, 2012. p. 275-299. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788578791858>. Acesso em 20 janeiro de 2022.

BRASIL, 2003a. Presidência da República. *Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional.* 01 jan. 2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2003/01-01-pronunciamento-a-nacao-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-apos-a-cerimonia-de-posse.pdf/view>. Acesso em 12 janeiro de 2022.

BRASIL, 2003b. Ministério das Relações Exteriores. *Discurso proferido pelo Embaixador Celso Amorim por ocasião da Transmissão do Cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores*. Brasília, 2 jan. 2003. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/discurso-proferido-pelo-embaixador-celso-amorim-por-ocasiao-da-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores>. Acesso em 12 janeiro de 2022.

BRASIL, 2003c. Presidência da República. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião de Cúpula do Mercosul*. 18 jun. 2003. em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2003/18-06-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-reuniao-de-cupula-do-mercosul.pdf/view>. Acesso em 12 janeiro de 2022.

BRASIL, 2005a. Presidência da República. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA).* 30 set. 2005. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/30-09-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-encerramento-da-reuniao-de-chefes-de-estado-da-comunidade-sul-americana-de-nacoes-casa/view>. Acesso em 12 janeiro de 2022.

BRASIL, 2005b. Presidência da República. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da primeira reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações.* 30 set. 2005. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/30-09-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-primeira-reuniao-de-chefes-de-estado-da-comunidade-sul-americana-de-nacoes-casa/view>. Acesso em 12 janeiro de 2022.

BRASIL, 2006a. Presidência da República. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura da II Reunião de Chefes de Estado e de Governo dos Países da Comunidade Sul-Americana de Nações.* 08 dez. 2006. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2006/08-12-2006-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-abertura-da-ii-reuniao-de-chefes-de-estado-e-de-governo-dos-paises-da-comunidade-sul-americana-de-nacoes-casa/view>. Acesso em 12 janeiro de 2022.

BRASIL, 2006b. Presidência da República. *Discurso do Presidente na cerimônia de assinatura do Protocolo de Adesão da Venezuela como Membro-Pleno.* 04 jul. 2006. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2006/04-07-2006-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-assinatura-do-protocolo-de-adesao-da-venezuela-como-membro-pleno-do-mercosul/view>. Acesso em 12 de janeiro de 2022.

BRASIL, 2006c. Ministério das Relações Exteriores. *Discurso do Ministro Celso Amorim por ocasião da III Reunião de Chanceleres da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA).* 24 nov. 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/discurso-do-ministro-das-relacoes-exteriores-embaixador-celso-amorim-na-iii-reuniao-de-chanceleres-da-comunidade-sul-americana-de-nacoes-casa-santiago-chile-24-11-2006>. Acesso em 13 janeiro de 2022.

BRASIL, 2007. Presidência da República. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Reunião de Cúpula do Mercosul.* 19 jan. 2007. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/19-01-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-reuniao-de-cupula-do-mercosul/view>. Acesso em 13 janeiro de 2022.

BRASIL, 2008a. Presidência da República. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a reunião extraordinária de chefes de Estado e de Governo da União Sul-Americana de Nações (UNASUL).* 23 maio 2008. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2008/23-05-2008-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-reuniao-extraordinario-de-chefes-de-estado-e-de-governo-da-uniao-sul-americana-de-nacoes-unasul/view>. Acesso em 11 de janeiro de 2022.

BRASIL, 2008b. Presidência da República. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante reunião de Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados.* 01 jul. 2008. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2008/23-05-2008-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-reuniao-extraordinario-de-chefes-de-estado-e-de-governo-da-uniao-sul-americana-de-nacoes-unasul/view>. Acesso em 11 janeiro de 2022.

BRASIL, 2010a. Ministério das Relações Exteriores. Discurso do Ministro Celso Amorim na XXVI Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul – Montevidéu. 18 out. 2010. In*: Resenha de Política Exterior do Brasil,* n. 107, 2º sem. 2010, ano 31. Brasília: FUNAG, 2010, p. 153-158.

CC BY NC SA

BRASIL, 2010b. Presidência da República. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a 4ª reunião ordinária de chefes de Estado e de Governo da Unasul.* 26 nov. 2010. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/26-11-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-4a-reuniao-ordinaria-de-chefes-de-estado-e-de-governo-da-unasul/view>. Acesso em: 12 janeiro de 2022.

BRASIL, 2010c. Presidência da República. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante sessão de abertura da 39ª Reunião da Cúpula do Mercosul e sessão de trabalho.* 03 ago. 2010. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/03-08-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-sessao-de-abertura-da-39a-reuniao-de-cupula-do-mercosul-e-sessao-de-trabalho/view>. Acesso em: 11 janeiro de 2022.

BRASIL, 2010d. Presidência da República**.** *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante sessão de encerramento da Cúpula Social do Mercosul.* 16 dez. 2010. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/16-12-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-sessao-de-encerramento-da-cupula-social-do-mercosul.pdf/view>. Acesso em 13 de janeiro de 2022.

CAMPBELL, David. Global Inscription: How foreign policy constitutes the United States. *Alternatives,* v. 15, n. 3, 1990, p. 263-286. Disponível em: https://doi.org/10.1177/030437549001500302 . Acesso em 11 de maio de 2022.

CAMPBELL, David. *Writing Security:* United States foreign policy and the politics of identity. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.

CERVO, Amado Luiz. Brazil's rise on the international scene: Brazil and the world. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 53, n. special edition, 2010, p. 7-32. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292010000300002>. Acesso em 7 de janeiro de 2022.

CERVO, Amado Luiz. Inserção global no século XXI: a estratégia do Estado logístico. *In:* CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015, p. 525-569.

CC BY NC SA

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político.* 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

COOPER, Frederick. *Colonialism in Question: theory, knowledge, History*. Berkeley and Los Angeles, and England: University of California, 2005.

DOTY, Roxanne Lynn. *Imperial encounters:* The politics of representation in North-South Relations**.** Minneapolis, Minnesota: Borderlines, 1996.

GARCIA, Eugênio Vargas. *Cronologia das Relações Internacionais do Brasil.* 3. ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

GARCIA, Marco Aurélio. O que está em jogo em Honduras. *Revista Política Externa.* v. 18, n. 3, dez./jan./fev 2009-2010, p. 123-129. Disponível em: <https://ieei.unesp.br/portal/wp-content/uploads/2010/01/Politica-Externa-18-03-Marco-Aurelio-Garcia.pdf>. Acesso em 7 de janeiro de 2022.

GOMES, Gabriel Galdino. Análise das relações entre Brasil e Colômbia em um contexto de multipolaridade emergente: desafios à construção da liderança na América do Sul. *Fronteira,* v. 12, n. 24, 2 sem. 2013, p. 142-161. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/11878>. Acesso em 8 janeiro de 2022.

GONÇALVES, Williams. Panorama da política externa brasileira no governo Lula da Silva. In: FREIXO, Adriano de; *et al*. (Orgs.). *A política externa brasileira na era Lula:* um balanço. Rio de Janeiro: Appris, 2011, p. 11- 31.

HANSEN, Lene. *Security as practice:* discourse analysis and the Bosnian war. London and New York: Routledge, 2006.

HIRST, Monica; LIMA, Maria Regina Soares de; PINHEIRO, Leticia. A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios. *Nuso,* dez./2010. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/a-politica-externa-brasileira-em-tempos-de-novos-horizontes-e-desafios/>. Acesso em 8 de janeiro de 2022

LIMA, Maria Regina Soares de. Tradição e inovação na política externa brasileira. *Plataforma Democrática,* n. 3, jul./2010. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Tradicao%20e%20Inovacao%20na%20Politica%20Externa%20Brasileira.pdf>. Acesso em: 5 de janeiro de 2022.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. LIX Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU. 21 set. 2004. *In*: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org.). *O Brasil nas Nações Unidas 1946-2011.* 3. ed. rev. ampl. Brasília: FUNAG, 2012, p. 853-859.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação.* São Paulo: Cortez, 2013.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos.* 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Atlântico Sul: zona de paz e de cooperação? *Lua Nova*, v. 3, n. 3, 1987, p. 20-23. Disponível em https://doi.org/10.1590/S0102-64451987000100005. Acesso em 12 de maio de 2022.

MOREIRA FILHO, José Lopes. *KITCONC:* concordanciador *desktop* gratuito em português. 2016.

MOUFFE, Chantal. *El retorno de lo político:* Comunidade, ciudadanía, pluralismo, democracia radical. España: Editorial Paidós, 1999.

MOUFFE, Chantal. *Agonistics:* Thinking the world politically. New York: Verso, 2013.

ORLANDI, Eni. P. *Interpretação:* autoria, leitura e efeitos de trabalho simbólico. São Paulo: Ed. Pontes, 2020.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A América do Sul como espaço geopolítico e geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China. *Carta Internacional,* vol. 8, n. 2, jul./dez. 2013, p. 100-115. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/113>. Acesso em 8 de janeiro de 2022.

PECEQUILO, Cristina Soreanu; CARMO, Corival Alves do. *O Brasil e a América do Sul:* relações regionais e globais. 1. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016).* Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

RODRIGUES, Cristiano Santos; PRADO, Marco Aurélio Maximo. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro. *Psicologia & Sociedade,* v. 22, n. 3, 2010, p. 445-456. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822010000300005>. Acesso em 11 de janeiro de 2022.

RUIZ, José Briceño; VAZQUEZ, Mariana. O Mercosul na época de Lula e Kirchner: um balanço, seis anos depois. *Nueva Sociedad,* dez. 2009. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/o--mercosul-na-epoca-de-lula-e-kirchner-um-balanco-seis-anos-depois/>. Acesso em 11 de janeiro de 2022.

RUMELILI, Bahar. Constructing identity and relating to difference: understanding the EU's mode of differentiation. *Review of International Studies,* v. 30, n. 1, 2004, p. 27-47. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20097897>. Acesso em 7 de janeiro de 2022.

RUMELILI, Bahar. *Constructing regional community and order in Europe and Southeast Asia.* New York: Palgrave Macmillan, 2007.

RUMELILI, Bahar. Liminal identities and processes of domestication and subversion in International Relations. *Review of International Studies*, v. 38, 2012, p. 495-508. Disponível em: https://doi.org/10.1017/S0260210511000830. Acesso em 11 de maio de 2022.

SCHWARTZ-SHEA, Peregrine; YANOW, Dvora. Introduction. In: _____ (ed.). *Interpretive and method:* empirical research methods and the interpretative turn. New York and London: Routledge, 2006, p. xi-xxvii.

SCHWARTZ-SHEA, Peregrine; YANOW, Dvora. *Interpretive research design:* concepts and processes. New York and London: Routledge, 2012.

SHAPIRO, Michael. J. A discursive practices approach to collective decision-making. *International Studies Quarterly*, v. 31, n. 4, 1988, p. 397-419. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2600590>. Acesso em 11 de janeiro de 2022.

SHAPIRO, Michael J. Textualizing global politics. In: DER DERIAN, James; SHAPIRO, Michael. (eds.). *International/Intertextual Relations:* postmodern readings of World Politics. New York: Lexington Books, 1989, p. 11-22.

SOUSA, Victor Teodoro de. Análise comparativa da política externa do primeiro governo Dilma Rousseff e dos governos Lula: níveis e fatores de mudança na condução. *Fronteira,* v. 12, n. 24, p. 162-181, 2. sem. 2013. Disponível em: http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/10385 . Acesso em 11 de maio de 2022.

SOUZA, Amaury de. *A agenda internacional do Brasil:* a política externa brasileira de FHC a Lula. Rio de Janeiro: Elsevier: CEBRI, 2009.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. Política externa de Lula: a busca de autonomia pela diversificação. In: _____. *A política externa brasileira:* a busca de autonomia, de Sarney a Lula. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 99-120.

VILLA, Rafael A. Duarte; PIMENTA, Marilia Carolina B. S. A longa paz na América do Sul: questionamentos às teses da paz negativa na região. *Pap. Polít. Bogotá,* v. 21, n. 2, 2016, p. 435-468. Disponível em http://www.scielo.org.co/pdf/papel/v21n2/0122-4409-papel-21-02-00435.pdf. Acesso em 12 de maio de 2022.

WÆVER, Ole. Identity, communities and foreign policy: discourse analysis as foreign policy theory. In: HANSEN, Lene; WÆVER, *Ole*. (eds.). *European Integration and National Identity: the challenge of the Nordic states.* London and New York: Routledge, 2002, p. 20-49.

WILLIS, Jerry W. *Foundations of qualitative research:* interpretive and critical approaches. California: Sage Publications, 2007.